

PROJETO DE LEI Nº , DE 200
(Do Sr. NEUCIMAR FERREIRA FRAGA)

Altera a redação do art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aplicar a proporcionalidade ao tempo de contribuição na determinação do valor da aposentadoria por invalidez, cuja causa esteja associada ao uso abusivo de substâncias químicas e alucinógenas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido de § 3º com a seguinte redação:

“Art. 44.....

.....

§ 3º A aposentadoria por invalidez, quando resultante do uso abusivo de substâncias químicas e alucinógenas, consistirá numa renda mensal de 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) por ano completo de contribuição, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei. “

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A aposentadoria por invalidez é paga, desde a edição da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, com base em 100% do salário-de-benefício. Anteriormente a essa Lei, a integralidade era assegurada apenas no caso de invalidez decorrente de acidente do trabalho. Nos demais casos o valor do benefício correspondia a 80% do salário-de-benefício, mais 1% por ano completo de contribuição até o limite de 100%.

A presente proposição defende a aplicação da proporcionalidade ao tempo de contribuição para efeito da determinação do valor da aposentadoria por invalidez, a fim de conferir tratamento diferenciado, com caráter punitivo, a todos aqueles cujo benefício decorreu de uso abusivo de substâncias químicas e alucinógenas.

A legislação em vigor, ao dar um tratamento uniforme à questão, acaba por premiar aqueles cuja invalidez teve causa voluntária. Não se espera que a efetivação da presente proposta implique a redução no uso de drogas, mas, sua implementação certamente terá um caráter educativo, pois representará uma penalização para os que delas fazem uso.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado NEUCIMAR FERREIRA FRAGA